



**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL**

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Termo de Referência o **registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de equipamentos por hora-máquina**, com disponibilização de operador, combustível, manutenção preventiva e corretiva, mobilização, desmobilização e demais custos operacionais inclusos, para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos — SEMOSP, no Município de Costa Marques/RO.

1.2. A contratação abrangerá os seguintes equipamentos, conforme especificações mínimas, unidades e quantitativos estimados abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA
01	Locação de rolo compactador pé de carneiro, com peso operacional de no mínimo 12.900 kg, peso operacional inclusive no ROPS de 11.400 kg, peso no módulo do cilindro dianteiro e traseiro de 6.800/4.600 kg, amplitude normal alta/baixa mínima de 1,6/0,8 mm, força centrífuga alta/baixa, largura do cilindro mínima de 2.130 mm, potência máxima de 82 kW / 110 HP, em bom estado de conservação, fabricação com até 17 (dezesete) anos de uso , com operador, combustível, manutenção, mobilização e desmobilização inclusos.	Hora-máquina	2.000
02	Locação de caminhão pipa com capacidade mínima de 15.000 litros, potência mínima do motor de 180 a 200 CV, bomba centrífuga de alta vazão, mangueira de sucção em bom estado de conservação, fabricação com até 17 (dezesete) anos de uso , com operador/motorista, combustível, manutenção, mobilização e desmobilização inclusos.	Hora-máquina	2.000
03	Locação de caminhão Munck com cesto aéreo, alcance hidráulico máximo aproximado de 9,6 a 16 metros, braço articulado, capacidade de carga de pequena e média tonelage, geralmente entre 2 e 10 toneladas, segurança conforme normas aplicáveis, especialmente NR-12 e NR-35, sistema eletrônico ou hidráulico com isolamento elétrica, em bom estado de conservação, fabricação com até 17 (dezesete) anos de uso , com operador, combustível, manutenção, mobilização e desmobilização inclusos.	Hora-máquina	2.000
	TOTAL ESTIMADO	Hora-máquina	6.000

1.3. Os equipamentos serão utilizados em serviços de infraestrutura urbana e rural,





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

manutenção e recuperação de estradas vicinais, compactação de solos, umidificação de vias não pavimentadas, controle de poeira, apoio em obras públicas, manutenção da iluminação pública, poda de árvores, instalação e retirada de placas e demais atividades operacionais compatíveis com as finalidades dos equipamentos.

1.4. O quantitativo total estimado é de **6.000 horas-máquina**, distribuídas em **2.000 horas-máquina por item**, para o período estimado de **12 meses**, conforme demanda formalizada pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos — SEMOSP no Documento de Formalização de Demanda — DFD.

1.5. A contratação será processada por meio de **Pregão Eletrônico para Registro de Preços**, com critério de julgamento de **menor preço por item**, considerando que os equipamentos possuem características, finalidades e possibilidades de fornecimento independentes.

1.6. A execução dos serviços ocorrerá sob demanda, mediante emissão de **Ordem de Serviço** ou instrumento equivalente, sendo devido pagamento apenas pelas horas-máquina efetivamente executadas, medidas e atestadas pela Administração, vedado o pagamento por horas não trabalhadas, tempo ocioso, paralisações decorrentes de falha da contratada ou serviços executados sem autorização formal.

1.7. O preço unitário da hora-máquina deverá compreender todos os custos necessários à execução do objeto, incluindo operador habilitado, combustível, lubrificantes, manutenção preventiva e corretiva, peças, pneus, mobilização, desmobilização, transporte dos equipamentos, seguros, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, equipamentos de proteção individual e coletiva, tributos e demais despesas diretas e indiretas da contratada.

1.8. O caminhão Munck com cesto aéreo deverá ser adequado à elevação segura de servidores, materiais e ferramentas, devendo possuir **cesto aéreo isolado quando os serviços envolverem proximidade com rede elétrica energizada**, observadas as normas de segurança aplicáveis, especialmente NR-10, NR-12 e NR-35.

1.9. A Ata de Registro de Preços atenderá prioritariamente às demandas da SEMOSP, sem prejuízo de eventual utilização por outras secretarias ou órgãos municipais, quando formalmente admitido no procedimento, observadas as regras aplicáveis ao Sistema de Registro de Preços, a disponibilidade de saldo e o interesse público.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação fundamenta-se na necessidade administrativa formalizada pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos — SEMOSP, por meio do Documento de Formalização de Demanda — DFD, que demonstrou a insuficiência e indisponibilidade de maquinário próprio do Município para atendimento regular das demandas de infraestrutura, manutenção de estradas vicinais, obras públicas, iluminação pública e demais serviços operacionais correlatos.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

2.2. A contratação pretendida visa assegurar à Administração Municipal a disponibilidade de equipamentos adequados para execução de serviços essenciais à manutenção urbana e rural, especialmente mediante utilização de rolo compactador tipo pé de carneiro, caminhão pipa com capacidade mínima de 15.000 litros e caminhão Munck com cesto aéreo.

2.3. O rolo compactador tipo pé de carneiro será utilizado em atividades de compactação de solo, terraplanagem, aterros, base de estradas e demais serviços de infraestrutura que exijam adequada estabilização do terreno, contribuindo para maior durabilidade e qualidade das intervenções realizadas pela SEMOSP.

2.4. O caminhão pipa mostra-se necessário para apoio à umidificação de vias não pavimentadas, controle de poeira, suporte às atividades de compactação e atendimento de frentes de serviço que demandem aplicação de água, garantindo melhores condições operacionais e maior eficiência na execução dos trabalhos.

2.5. O caminhão Munck com cesto aéreo será utilizado em atividades que demandem elevação segura de servidores, materiais e ferramentas, especialmente em serviços de manutenção da iluminação pública, poda de árvores, instalação e retirada de placas e demais intervenções em altura, devendo possuir cesto aéreo isolado quando os serviços envolverem proximidade com rede elétrica energizada.

2.6. A locação por hora-máquina, com operador, combustível, manutenção preventiva e corretiva, mobilização e desmobilização inclusos, mostra-se adequada à realidade administrativa do Município, pois permite o atendimento das demandas sem necessidade de aquisição imediata de equipamentos de alto valor, sem incorporação de custos permanentes de manutenção e sem necessidade de contratação direta de operadores pela Administração.

2.7. A contratação também se justifica pela natureza variável das demandas da SEMOSP, que dependem da programação de serviços, condições climáticas, estado das vias, necessidades de manutenção urbana e rural, execução de obras públicas e solicitações supervenientes da Administração.

2.8. Por essa razão, a adoção do **Sistema de Registro de Preços** revela-se adequada, permitindo que a Administração registre previamente os preços unitários da hora-máquina e realize futuras contratações conforme a necessidade efetiva, sem obrigação de utilização integral dos quantitativos estimados.

2.9. O julgamento por **menor preço por item** justifica-se porque os equipamentos possuem finalidades distintas e execução independente, sendo possível a contratação separada de cada item sem prejuízo técnico ao objeto, o que amplia a competitividade e permite a obtenção de melhores preços para a Administração.

2.10. A presente contratação enquadra-se como serviço comum, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste Termo de Referência





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

por meio de especificações usuais de mercado, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

2.11. A contratação encontra amparo no planejamento da fase preparatória previsto no art. 18 da Lei nº 14.133/2021 e no conteúdo mínimo do Termo de Referência previsto no art. 6º, inciso XXIII, da mesma Lei, contemplando definição do objeto, fundamentação da contratação, descrição da solução, requisitos, modelo de execução, modelo de gestão, critérios de medição e pagamento, forma de seleção do fornecedor, estimativa de valor e adequação orçamentária.

2.12. Dessa forma, a contratação pretendida mostra-se necessária, adequada e vantajosa ao interesse público, por permitir à SEMOSP dispor de suporte operacional para execução de serviços de infraestrutura, manutenção viária, iluminação pública e atividades correlatas, com pagamento vinculado apenas às horas-máquina efetivamente executadas, medidas e atestadas pela Administração.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A solução definida consiste na formação de **Ata de Registro de Preços**, por meio de **Pregão Eletrônico**, para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de equipamentos por **hora-máquina**, com disponibilização de operador, combustível, manutenção preventiva e corretiva, mobilização, desmobilização e demais custos operacionais inclusos, conforme demanda da Administração.

3.2. A contratação abrangerá a disponibilização de **rolo compactador tipo pé de carneiro**, **caminhão pipa com capacidade mínima de 15.000 litros** e **caminhão Munck com cesto aéreo**, equipamentos necessários ao apoio das atividades de infraestrutura, manutenção urbana e rural, recuperação de estradas vicinais, compactação de solos, umidificação de vias não pavimentadas, manutenção da iluminação pública, poda de árvores, instalação e retirada de placas e demais serviços correlatos executados pela SEMOSP.

3.3. A execução ocorrerá conforme necessidade da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos — SEMOSP, mediante emissão de **Ordem de Serviço** ou instrumento equivalente, no qual deverão constar, sempre que possível, o equipamento solicitado, o local de execução, a atividade a ser desempenhada, o período estimado, a quantidade prevista de horas e o servidor responsável pelo acompanhamento.

3.4. O modelo de execução por hora-máquina permite que a Administração utilize os equipamentos apenas quando houver necessidade efetiva, com pagamento restrito às horas regularmente executadas, medidas, comprovadas e atestadas pela fiscalização, evitando despesas com ociosidade, aquisição de maquinário próprio, manutenção, abastecimento, contratação de operadores e demais custos permanentes de frota.

3.5. A contratada deverá assumir integralmente os custos e responsabilidades necessários à plena execução do objeto, incluindo operador habilitado, combustível, lubrificantes, manutenção preventiva e corretiva, peças, pneus, mobilização, desmobilização, transporte





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

dos equipamentos, documentação, seguros, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, EPIs, EPCs e demais despesas diretas e indiretas vinculadas à prestação dos serviços.

3.6. Os equipamentos disponibilizados deverão estar em adequado estado de conservação e funcionamento, com documentação regular, manutenção preventiva e corretiva em dia e condições operacionais compatíveis com a finalidade da contratação. Os equipamentos deverão possuir fabricação/ano-modelo que não ultrapasse **17 (dezessete) anos de uso**, contados a partir do ano de fabricação, desde que comprovado o bom estado de conservação, a regularidade documental, a manutenção adequada e a aptidão operacional para execução segura, eficiente e contínua dos serviços. A admissão de equipamentos com **até 17 (dezessete) anos de uso** não afasta a obrigação da contratada de garantir segurança, desempenho e plena capacidade operacional, podendo a Administração recusar ou exigir a substituição de equipamento que apresente defeito, desgaste excessivo, falha mecânica, vazamento, emissão excessiva de fumaça, ruído anormal, documentação irregular ou qualquer condição que comprometa a execução do objeto.

3.7. O **rolo compactador tipo pé de carneiro** será utilizado em serviços de compactação de solo, terraplanagem, aterros, base de estradas e demais intervenções que demandem estabilização e melhoria da estrutura do terreno, contribuindo para maior durabilidade e qualidade dos serviços de infraestrutura.

3.8. O **caminhão pipa** será utilizado em serviços de umidificação de vias não pavimentadas, controle de poeira, apoio à compactação de solos e suporte às frentes de trabalho da SEMOSP, devendo possuir capacidade mínima de 15.000 litros e sistema operacional adequado para distribuição de água, incluindo bomba, mangueiras e demais acessórios necessários.

3.9. O **caminhão Munck com cesto aéreo** será utilizado em serviços que demandem elevação segura de servidores, materiais e ferramentas, especialmente manutenção da iluminação pública, poda de árvores, instalação e retirada de placas e demais atividades em altura. Quando houver proximidade com rede elétrica energizada, o equipamento deverá possuir **cesto aéreo isolado**, observadas as normas de segurança aplicáveis, especialmente NR-10, NR-12 e NR-35.

3.10. A solução será estruturada com julgamento por **menor preço por item**, considerando que os equipamentos possuem finalidades distintas, especificações próprias e execução independente, o que permite maior competitividade e possibilita a obtenção de melhor preço unitário para cada tipo de equipamento.

3.11. A adoção do Sistema de Registro de Preços justifica-se pela natureza variável e sob demanda dos serviços, permitindo que a Administração realize contratações futuras conforme necessidade, disponibilidade orçamentária e interesse público, sem obrigação de utilização integral dos quantitativos estimados.





**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL**

3.12. A Ata de Registro de Preços atenderá prioritariamente às demandas da SEMOSP, sem prejuízo de eventual utilização por outras secretarias ou órgãos municipais, caso formalmente admitido no procedimento, observadas as normas aplicáveis ao Sistema de Registro de Preços, a disponibilidade de saldo e a compatibilidade da demanda com o objeto registrado.

3.13. A solução proposta atende ao interesse público por permitir maior agilidade no atendimento das demandas operacionais do Município, continuidade dos serviços de infraestrutura, melhoria da manutenção de vias urbanas e rurais, apoio à iluminação pública e execução de atividades em altura com segurança, mantendo o controle da despesa pública por meio do pagamento apenas das horas-máquina efetivamente executadas e atestadas.

A descrição da solução como um todo atende ao art. 6º, inciso XXIII, alínea "c", da Lei nº 14.133/2021, contemplando a forma pela qual a contratação deverá atender à necessidade administrativa durante o ciclo de execução do objeto, mediante locação de equipamentos por hora-máquina, com operador, combustível, manutenção, mobilização e desmobilização inclusos, conforme demanda e mediante controle efetivo das horas executadas.

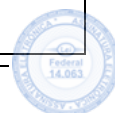
4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A contratação deverá observar os requisitos técnicos, operacionais, administrativos e de segurança necessários à adequada execução dos serviços de locação de equipamentos por hora-máquina, em conformidade com a necessidade formalizada pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos — SEMOSP no Documento de Formalização de Demanda — DFD.

4.2. A futura contratada deverá disponibilizar os equipamentos objeto deste Termo de Referência em pleno estado de funcionamento, com documentação regular, manutenção preventiva e corretiva em dia, condições adequadas de segurança e aptidão operacional compatível com os serviços a serem executados.

4.3. A locação deverá compreender, obrigatoriamente, no preço unitário da hora-máquina, todos os custos necessários à execução do objeto, incluindo operador habilitado, combustível, lubrificantes, manutenção preventiva e corretiva, peças, pneus, mobilização, desmobilização, transporte dos equipamentos, seguros, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais, EPIs, EPCs e demais despesas diretas e indiretas da contratada.

4.4. Os equipamentos deverão possuir fabricação/ano-modelo que não ultrapasse **17 (dezessete) anos de uso**, contados a partir do ano de fabricação, desde que estejam em adequado estado de conservação e funcionamento, com documentação regular, manutenção preventiva e corretiva em dia, condições de segurança compatíveis com a atividade e plena aptidão operacional para execução segura, eficiente e contínua dos serviços. A Administração poderá recusar ou exigir a substituição de equipamento que, ainda que esteja dentro do limite de idade admitido, apresente defeito, desgaste excessivo, falha mecânica, vazamento, emissão excessiva de fumaça, ruído anormal, documentação irregular, ausência de manutenção comprovada, ausência de dispositivos de segurança ou qualquer condição que comprometa a regular execução do objeto.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

4.5. A contratada deverá disponibilizar operadores devidamente habilitados, capacitados e aptos à operação dos equipamentos, assumindo integral responsabilidade por sua remuneração, encargos, treinamentos, seguros, equipamentos de proteção, substituições e demais obrigações trabalhistas, previdenciárias e legais.

4.6. A execução dos serviços ocorrerá exclusivamente mediante emissão de **Ordem de Serviço** ou autorização formal equivalente pela Administração, contendo, sempre que possível, a identificação do equipamento solicitado, local de execução, serviço a ser realizado, estimativa de horas, prazo de atendimento e servidor responsável pelo acompanhamento.

4.7. A medição dos serviços deverá ocorrer por hora-máquina efetivamente executada, mediante relatório de execução, controle de horímetro, diário de campo, registro de horário inicial e final, identificação do equipamento, local de execução, atividade desempenhada e assinatura do representante da contratada e do fiscal ou servidor designado pela Administração.

4.8. Não será admitido pagamento por horas não executadas, tempo ocioso, deslocamentos não autorizados, paralisações decorrentes de falha da contratada, manutenção corretiva durante o período de disponibilidade do equipamento, ausência de operador, falta de combustível ou qualquer ocorrência atribuível à contratada.

4.9. O **rolo compactador tipo pé de carneiro** deverá possuir condições técnicas e operacionais compatíveis com serviços de compactação de solo, terraplanagem, aterros, base de estradas e demais intervenções de infraestrutura, devendo apresentar bom estado de conservação, funcionamento regular e capacidade operacional adequada ao serviço.

4.10. O **caminhão pipa** deverá possuir capacidade mínima de **15.000 litros**, sistema adequado de distribuição de água, bomba em funcionamento, mangueiras e acessórios necessários à umidificação de vias não pavimentadas, apoio à compactação, controle de poeira e demais atividades compatíveis com sua finalidade.

4.11. O **caminhão Munck com cesto aéreo** deverá possuir condições adequadas para elevação segura de servidores, materiais e ferramentas, sendo obrigatória a observância das normas de segurança aplicáveis às atividades em altura e à operação do equipamento.

4.12. Quando os serviços com caminhão Munck envolverem proximidade com rede elétrica energizada, deverá ser disponibilizado **cesto aéreo isolado**, adequado à atividade, observadas as normas de segurança aplicáveis, especialmente **NR-10, NR-12 e NR-35**, sem prejuízo de outras normas técnicas ou regulamentares pertinentes.

4.13. A contratada deverá garantir que os equipamentos sejam utilizados de forma segura, sendo vedada a execução de serviços em condição insegura, com equipamento defeituoso, ausência de dispositivos de proteção, operador não habilitado, documentação irregular ou descumprimento das orientações da fiscalização.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

4.14. A contratada deverá substituir, sem ônus adicional para a Administração, equipamento que apresente defeito, falha operacional, condição insegura, vazamento, emissão excessiva de fumaça, ruído anormal, documentação irregular ou desempenho incompatível com o objeto contratado.

4.15. A contratada deverá manter canal de comunicação com a Administração e indicar responsável ou preposto para recebimento de ordens de serviço, acompanhamento da execução, solução de ocorrências, substituição de equipamentos e prestação de esclarecimentos ao gestor e ao fiscal da contratação.

4.16. A contratação deverá ser executada sem dedicação exclusiva de mão de obra, uma vez que o objeto consiste na disponibilização de equipamentos por hora-máquina, com operadores vinculados à contratada e sem subordinação direta à Administração.

4.17. A contratada deverá cumprir todas as normas legais, regulamentares, trabalhistas, previdenciárias, fiscais, ambientais e de segurança aplicáveis à execução do objeto, responsabilizando-se por danos causados à Administração, a terceiros, ao meio ambiente ou aos próprios empregados e prepostos, quando decorrentes de ação ou omissão relacionada à execução contratual.

4.18. Os requisitos de habilitação e qualificação técnica deverão ser proporcionais ao objeto, limitando-se ao necessário para comprovar que a futura contratada possui capacidade de executar os serviços, vedadas exigências excessivas, impertinentes ou que possam restringir indevidamente a competitividade.

4.19. Considerando a natureza comum do serviço, as especificações deverão ser objetivas e baseadas em padrões usuais de mercado, sem direcionamento de marca, modelo ou fabricante específico, preservando-se a isonomia, a competitividade e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Os requisitos da contratação atendem ao art. 6º, inciso XXIII, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021, devendo ser necessários e suficientes para assegurar a execução adequada do objeto, sem restringir indevidamente a competitividade. Nos serviços com caminhão Munck com cesto aéreo, deverão ser observadas as normas de segurança aplicáveis, especialmente NR-10, NR-12 e NR-35, quando houver trabalho em altura ou proximidade com rede elétrica energizada.

5. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO

5.1. A contratação compreenderá a prestação de serviços de locação de equipamentos por hora-máquina, com operador, combustível, manutenção preventiva e corretiva, mobilização, desmobilização e demais custos operacionais inclusos, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos — SEMOSP, conforme necessidade formalizada no Documento de Formalização de Demanda — DFD.

5.2. Os equipamentos deverão atender, no mínimo, às seguintes especificações técnicas,





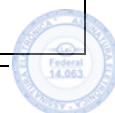
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

conforme descrição constante no Documento de Formalização de Demanda — DFD e na média de preços que instrui o processo, observada a alteração do limite de uso para até 17 (dezesete) anos:

ITEM	DESCRIÇÃO TÉCNICA MÍNIMA	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA
01	Locação de rolo compactador pé de carneiro, com peso operacional de no mínimo 12.900 kg, peso operacional inclusive no ROPS de 11.400 kg, peso no módulo do cilindro dianteiro e traseiro de 6.800/4.600 kg, amplitude normal alta/baixa mínima de 1,6/0,8 mm, força centrífuga alta/baixa, largura do cilindro mínima de 2.130 mm, potência máxima de 82 kW / 110 HP, em bom estado de conservação, fabricação com até 17 (dezesete) anos de uso, destinado à compactação de solo, terraplanagem, aterros, base de estradas e demais serviços de infraestrutura, com operador habilitado, combustível, manutenção preventiva e corretiva, mobilização e desmobilização inclusos.	Hora-máquina	2.000
02	Locação de caminhão pipa com capacidade mínima de 15.000 litros, potência mínima do motor de 180 a 200 CV, bomba centrífuga de alta vazão, mangueira de sucção em bom estado de conservação, fabricação com até 17 (dezesete) anos de uso, destinado à umidificação de vias não pavimentadas, controle de poeira, apoio à compactação de solos e demais atividades compatíveis, com operador/motorista habilitado, combustível, manutenção preventiva e corretiva, mobilização e desmobilização inclusos.	Hora-máquina	2.000
03	Locação de caminhão Munck com cesto aéreo, alcance hidráulico máximo aproximado de 9,6 a 16 metros, braço articulado, capacidade de carga de pequena e média tonelage, geralmente entre 2 e 10 toneladas, sistema eletrônico ou hidráulico com isolamento elétrico, segurança conforme normas aplicáveis, especialmente NR-12 e NR-35, em bom estado de conservação, fabricação com até 17 (dezesete) anos de uso, destinado à elevação segura de servidores, materiais e ferramentas, especialmente em serviços de manutenção da iluminação pública, poda de árvores, instalação e retirada de placas e demais atividades em altura, com operador habilitado, combustível, manutenção preventiva e corretiva, mobilização e desmobilização inclusos.	Hora-máquina	2.000
	TOTAL ESTIMADO	Hora-máquina	6.000

5.3. As especificações acima representam requisitos mínimos de desempenho e qualidade, devendo os equipamentos disponibilizados possuir condições operacionais compatíveis com a execução segura, eficiente e contínua dos serviços demandados pela Administração.

5.4. Os equipamentos deverão estar em adequado estado de conservação e funcionamento, com documentação regular, manutenção preventiva e corretiva em dia, sem vazamentos, falhas mecânicas, ruídos anormais, emissão excessiva de fumaça ou qualquer condição que comprometa a segurança, o desempenho ou a regular execução dos serviços.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

5.5. Os equipamentos deverão possuir fabricação/ano-modelo que não ultrapasse **17 (dezessete) anos de uso**, contados a partir do ano de fabricação, desde que a contratada comprove, quando solicitado pela Administração, o adequado estado de conservação e funcionamento, a regularidade documental, a manutenção preventiva e corretiva em dia, a inexistência de condições que comprometam a segurança e a plena aptidão operacional para execução segura, eficiente e contínua dos serviços. A Administração poderá recusar ou exigir a substituição de equipamento que apresente desgaste excessivo, defeito, falha mecânica, vazamento, emissão excessiva de fumaça, ruído anormal, documentação irregular, ausência de manutenção comprovada ou desempenho incompatível com as especificações exigidas, sem ônus adicional para o Município.

5.6. O preço unitário da hora-máquina deverá incluir todos os custos necessários à execução do objeto, tais como operador, motorista, combustível, lubrificantes, manutenção preventiva e corretiva, peças, pneus, transporte, mobilização, desmobilização, seguros, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, equipamentos de proteção individual e coletiva, tributos e demais despesas diretas e indiretas da contratada.

5.7. O rolo compactador tipo pé de carneiro deverá ser disponibilizado com operador habilitado e em condições de executar serviços de compactação de solo em áreas urbanas, rurais, estradas vicinais, aterros, bases de vias e demais frentes de serviço indicadas pela SEMOSP.

5.8. O caminhão pipa deverá ser disponibilizado com motorista/operador habilitado e todos os acessórios necessários à adequada distribuição de água, devendo ser apto à execução de serviços de umidificação de solo, apoio à compactação, controle de poeira em vias não pavimentadas e suporte às frentes de trabalho da Administração.

5.9. O caminhão Munck com cesto aéreo deverá ser disponibilizado com operador habilitado e capacitado, devendo atender às condições de segurança necessárias à execução de serviços em altura. Quando houver proximidade com rede elétrica energizada, o equipamento deverá possuir cesto aéreo isolado e observar as normas aplicáveis, especialmente **NR-10, NR-12 e NR-35**.

5.10. A contratada deverá providenciar a substituição imediata ou em prazo definido pela fiscalização de qualquer equipamento que apresente defeito, condição insegura, documentação irregular, desempenho inadequado ou incompatibilidade com as especificações exigidas, sem ônus adicional à Administração.

5.11. Não será admitida a disponibilização de equipamentos sem operador habilitado, sem combustível suficiente à execução da demanda autorizada, sem condições mecânicas adequadas ou sem os dispositivos de segurança necessários à atividade.

5.12. As especificações técnicas foram definidas de modo a atender à necessidade





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

administrativa da SEMOSP, sem indicação de marca, modelo ou fabricante específico, preservando a competitividade do procedimento e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

6. DOS QUANTITATIVOS

6.1. Os quantitativos estimados para a presente contratação foram definidos com base no Documento de Formalização de Demanda — DFD apresentado pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos — SEMOSP, considerando a necessidade de utilização dos equipamentos ao longo do período estimado de 12 (doze) meses.

6.2. Para fins de formação da Ata de Registro de Preços, ficam estimados os seguintes quantitativos, observada a descrição completa dos itens conforme Documento de Formalização de Demanda — DFD e média de preços constante dos autos:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA
01	Locação de rolo compactador pé de carneiro, com peso operacional de no mínimo 12.900 kg, peso operacional inclusive no ROPS de 11.400 kg, peso no módulo do cilindro dianteiro e traseiro de 6.800/4.600 kg, amplitude normal alta/baixa mínima de 1,6/0,8 mm, força centrífuga alta/baixa, largura do cilindro mínima de 2.130 mm, potência máxima de 82 kW / 110 HP, em bom estado de conservação, fabricação com até 17 (dezessete) anos de uso, com operador, combustível, manutenção, mobilização e desmobilização inclusos.	Hora-máquina	2.000
02	Locação de caminhão pipa com capacidade mínima de 15.000 litros, potência mínima do motor de 180 a 200 CV, bomba centrífuga de alta vazão, mangueira de sucção em bom estado de conservação, fabricação com até 17 (dezessete) anos de uso, com operador/motorista, combustível, manutenção, mobilização e desmobilização inclusos.	Hora-máquina	2.000
03	Locação de caminhão Munck com cesto aéreo, alcance hidráulico máximo aproximado de 9,6 a 16 metros, braço articulado, capacidade de carga de pequena e média tonelage, geralmente entre 2 e 10 toneladas, sistema eletrônico ou hidráulico com isolamento elétrica, segurança conforme normas aplicáveis, especialmente NR-12 e NR-35, em bom estado de conservação, fabricação com até 17 (dezessete) anos de uso, com operador, combustível,	Hora-máquina	2.000





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

	manutenção, mobilização e desmobilização inclusos.		
	TOTAL ESTIMADO	Hora- máquina	6.000

6.3. Os quantitativos acima possuem natureza **estimativa**, servindo como limite de planejamento para o Registro de Preços e como parâmetro para a formação do valor estimado da contratação, não obrigando a Administração à contratação integral das horas registradas.

6.4. A utilização das horas-máquina ocorrerá conforme a necessidade efetiva da Administração, mediante emissão de Ordem de Serviço ou instrumento equivalente, respeitada a disponibilidade de saldo na Ata de Registro de Preços, a disponibilidade orçamentária e o interesse público.

6.5. Considerando a natureza do Sistema de Registro de Preços, as contratações decorrentes poderão ocorrer de forma parcelada e gradual, de acordo com a programação de serviços da SEMOSP, as condições das vias, a necessidade de execução de obras e manutenções, bem como eventuais demandas supervenientes.

6.6. A Ata de Registro de Preços atenderá prioritariamente às demandas da SEMOSP, sem prejuízo de eventual utilização por outras secretarias ou órgãos municipais, caso formalmente admitido no procedimento, observadas as regras aplicáveis ao Sistema de Registro de Preços, a compatibilidade da demanda e a disponibilidade de saldo.

6.7. O pagamento será realizado somente pelas horas-máquina efetivamente executadas, comprovadas, medidas e atestadas pela fiscalização, não sendo devido pagamento pela simples existência de saldo registrado, pela reserva do equipamento, por tempo ocioso ou por horas não autorizadas pela Administração.

7. DA MEMÓRIA DE CÁLCULO DOS QUANTITATIVOS

7.1. A memória de cálculo dos quantitativos foi elaborada com base na demanda administrativa estimada pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos — SEMOSP, considerando a necessidade de utilização de equipamentos por hora-máquina para apoio aos serviços de infraestrutura urbana e rural, manutenção e recuperação de estradas vicinais, compactação de solos, umidificação de vias não pavimentadas, manutenção da iluminação pública, poda de árvores, instalação e retirada de placas e demais atividades compatíveis com a finalidade dos equipamentos.

7.2. O Documento de Formalização de Demanda — DFD indicou o quantitativo de **2.000 horas-máquina** para cada equipamento, contemplando rolo compactador tipo pé de carneiro, caminhão pipa com capacidade mínima de 15.000 litros e caminhão Munck com cesto aéreo, totalizando **6.000 horas-máquina estimadas** para o período de 12 meses.

7.3. Para fins de planejamento, a memória de cálculo pode ser sintetizada da seguinte forma:





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

ITEM	EQUIPAMENTO	QUANTIDADE ESTIMADA ANUAL	MÉDIA MENSAL ESTIMADA	FINALIDADE PRINCIPAL
01	Rolo compactador pé de carneiro, em bom estado de conservação, fabricação com até 17 (dezesete) anos de uso, com operador, combustível, manutenção, mobilização e desmobilização inclusos.	2.000 horas	Aproximadamente 166,67 horas/mês	Compactação de solos, terraplanagem, aterros, base de estradas e apoio a obras de infraestrutura.
02	Caminhão pipa com capacidade mínima de 15.000 litros, em bom estado de conservação, fabricação com até 17 (dezesete) anos de uso, com operador/motorista, combustível, manutenção, mobilização e desmobilização inclusos.	2.000 horas	Aproximadamente 166,67 horas/mês	Umidificação de vias não pavimentadas, controle de poeira, apoio à compactação e suporte às frentes de serviço.
03	Caminhão Munck com cesto aéreo, em bom estado de conservação, fabricação com até 17 (dezesete) anos de uso, com operador, combustível, manutenção, mobilização e desmobilização inclusos.	2.000 horas	Aproximadamente 166,67 horas/mês	Manutenção da iluminação pública, poda de árvores, instalação e retirada de placas e serviços em altura.
	TOTAL GERAL	6.000 horas	Aproximadamente 500 horas/mês	Apoio operacional às demandas da SEMOSP.

7.4. A média mensal indicada possui caráter meramente referencial, não significando obrigação de utilização fixa ou uniforme a cada mês, uma vez que a execução dependerá da necessidade concreta da Administração, da programação das frentes de serviço, das condições das vias, das demandas de manutenção, das condições climáticas e da disponibilidade orçamentária.

7.5. A estimativa de 2.000 horas-máquina por item foi considerada suficiente para permitir o atendimento das demandas ordinárias e eventuais da SEMOSP durante a vigência da Ata de Registro de Preços, preservando flexibilidade para utilização gradual dos equipamentos conforme a necessidade efetiva.

7.6. O quantitativo referente ao rolo compactador justifica-se pela necessidade de apoio contínuo em serviços de compactação de solo, recuperação de estradas vicinais, preparação de bases, aterros e demais atividades de infraestrutura que demandem estabilização adequada do terreno.

7.7. O quantitativo referente ao caminhão pipa justifica-se pela necessidade de apoio às





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

atividades de umidificação de vias não pavimentadas, controle de poeira, melhoria das condições de trafegabilidade e suporte aos serviços de compactação executados nas frentes de trabalho da SEMOSP.

7.8. O quantitativo referente ao caminhão Munck com cesto aéreo justifica-se pela necessidade de atendimento das demandas de manutenção da iluminação pública, poda de árvores, instalação e retirada de placas e demais serviços que exijam elevação segura de servidores, materiais ou ferramentas, inclusive em situações que possam demandar cesto aéreo isolado por proximidade com rede elétrica energizada.

7.9. A utilização das horas registradas deverá ser precedida de Ordem de Serviço ou autorização formal equivalente, com indicação do equipamento, local de execução, atividade a ser realizada e estimativa de horas, cabendo à fiscalização aferir as horas efetivamente executadas antes do respectivo pagamento.

7.10. Por se tratar de Registro de Preços, os quantitativos não representam compromisso de contratação integral pela Administração, mas limite máximo estimado para atendimento das demandas durante a vigência da Ata, observadas as necessidades da SEMOSP e eventual participação de outras secretarias ou órgãos municipais formalmente admitidos no procedimento.

8. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A presente contratação será processada pelo **Sistema de Registro de Preços — SRP**, visando à futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de equipamentos por hora-máquina, com operador, combustível, manutenção preventiva e corretiva, mobilização, desmobilização e demais custos operacionais inclusos, conforme necessidade da Administração.

8.2. A adoção do Sistema de Registro de Preços justifica-se pela natureza variável, eventual e sob demanda dos serviços pretendidos, uma vez que a utilização dos equipamentos dependerá da programação da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos — SEMOSP, das condições das vias, da necessidade de obras e manutenções, de demandas supervenientes e da disponibilidade orçamentária.

8.3. O Registro de Preços permitirá à Administração registrar previamente os preços unitários da hora-máquina e realizar contratações futuras conforme a necessidade efetiva, sem obrigação de contratação imediata ou integral dos quantitativos estimados.

8.4. A Ata de Registro de Preços atenderá prioritariamente às demandas da SEMOSP, sem prejuízo de eventual utilização por outras secretarias ou órgãos municipais, caso formalmente admitido no procedimento, observadas as regras aplicáveis ao Sistema de Registro de Preços, a disponibilidade de saldo, a compatibilidade do objeto e o interesse público.

8.5. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços serão realizadas mediante





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

instrumento próprio, nota de empenho, contrato, autorização de fornecimento, ordem de serviço ou instrumento equivalente, conforme a necessidade administrativa, a disponibilidade orçamentária e as regras previstas no edital e na legislação aplicável.

8.6. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, facultando-se a realização de contratação específica ou a utilização de outros meios admitidos em lei, desde que devidamente justificados e observadas as normas aplicáveis.

8.7. A utilização dos quantitativos registrados deverá observar o limite previsto para cada item, o saldo disponível na Ata de Registro de Preços, a vigência da ata, a regularidade da empresa registrada e a compatibilidade da demanda com o objeto contratado.

8.8. O pagamento será devido apenas pelas horas-máquina efetivamente executadas, comprovadas, medidas e atestadas pela fiscalização, não havendo remuneração pela simples existência de saldo registrado ou pela disponibilidade abstrata dos equipamentos.

8.9. A Ata de Registro de Preços deverá conter os preços unitários registrados, os fornecedores, os quantitativos estimados, os órgãos participantes, quando houver, as condições de execução, as regras de contratação, a vigência e demais disposições necessárias à adequada gestão do registro.

8.10. O Sistema de Registro de Preços deverá observar as disposições da Lei nº 14.133/2021 e da regulamentação aplicável, especialmente quanto ao planejamento, publicidade, controle dos quantitativos, formalização das contratações decorrentes, gestão da ata e comprovação da vantajosidade durante sua vigência.

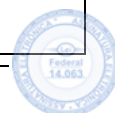
O Sistema de Registro de Preços observará os arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à definição dos quantitativos máximos por item, critério de julgamento, controle dos preços registrados, vigência da ata, ausência de obrigação de contratação integral e possibilidade de procedimento de intenção de registro de preços, quando cabível.

9. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES

9.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de **12 (doze) meses**, contados a partir da sua assinatura ou da data expressamente indicada no respectivo instrumento, admitida a prorrogação por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados, a manutenção das condições de habilitação do fornecedor e o interesse público na continuidade da solução.

9.2. A prorrogação da Ata de Registro de Preços dependerá de justificativa formal da Administração, demonstração de que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado e manifestação favorável da autoridade competente, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021 e da regulamentação aplicável.

9.3. A existência de Ata de Registro de Preços vigente não obriga a Administração a contratar





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

a totalidade dos quantitativos registrados, sendo as contratações realizadas conforme a necessidade efetiva da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos — SEMOSP ou de outros órgãos municipais formalmente admitidos no procedimento.

9.4. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizadas por instrumento próprio, contrato, nota de empenho, ordem de serviço, autorização de execução ou outro instrumento equivalente admitido pela legislação, conforme a natureza da demanda, o valor, a disponibilidade orçamentária e as regras previstas no edital.

9.5. O prazo de execução de cada demanda será definido na respectiva Ordem de Serviço ou instrumento equivalente, considerando o equipamento solicitado, a localidade, a estimativa de horas, a natureza do serviço, as condições de acesso e a urgência da necessidade administrativa.

9.6. A execução dos serviços somente poderá ocorrer durante a vigência da Ata de Registro de Preços ou do instrumento contratual dela decorrente, observadas as condições pactuadas, a disponibilidade de saldo registrado e a regularidade da contratada.

9.7. A vigência das contratações decorrentes da Ata deverá observar o prazo necessário à execução da demanda autorizada, podendo ser ajustada conforme o caso concreto, desde que respeitados os limites legais, a disponibilidade orçamentária e a finalidade do registro de preços.

9.8. Em caso de prorrogação da Ata de Registro de Preços, a Administração deverá avaliar previamente a manutenção da vantajosidade, a regularidade da execução, a compatibilidade dos preços registrados com o mercado e a permanência da necessidade administrativa.

9.9. Durante a vigência da Ata, a Administração deverá controlar o saldo de horas registrado para cada item, evitando contratações acima dos quantitativos estimados e assegurando que cada utilização seja precedida de autorização formal, disponibilidade orçamentária e emissão de Ordem de Serviço ou instrumento equivalente.

9.10. Encerrada a vigência da Ata de Registro de Preços, não poderão ser realizadas novas contratações com base nela, sem prejuízo da continuidade da execução de instrumentos contratuais regularmente formalizados dentro de sua vigência, quando juridicamente admitido e previsto nos respectivos instrumentos.

9.11. A vigência da Ata de Registro de Preços observará o art. 84 da Lei nº 14.133/2021, segundo o qual o prazo de vigência da ata será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovada a vantajosidade do preço registrado.

10. DO LOCAL, FORMA E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1. Os serviços serão executados no âmbito do Município de Costa Marques/RO, em locais indicados pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos — SEMOSP, abrangendo





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

áreas urbanas, rurais, estradas vicinais, vias não pavimentadas, obras públicas, pontos de iluminação pública, áreas de poda de árvores, locais de instalação ou retirada de placas e demais espaços em que se fizer necessária a utilização dos equipamentos contratados.

10.2. A Administração poderá recusar o início, suspender ou determinar a paralisação dos serviços quando verificar equipamento em mau estado de conservação, fora das especificações exigidas, com documentação irregular, manutenção não comprovada, operador não habilitado, falha de segurança, vazamento, emissão excessiva de fumaça, ruído anormal, desgaste incompatível, ausência de cesto isolado quando exigido ou qualquer condição que comprometa a segurança, a eficiência ou a regular execução do objeto, ainda que o equipamento esteja dentro do limite de até **17 (dezessete) anos de uso**.

10.3. A contratada deverá providenciar a substituição do equipamento recusado, inadequado, inoperante ou inseguro em prazo compatível com a necessidade da Administração, definido pela fiscalização ou pela Ordem de Serviço, sem ônus adicional ao Município, assegurando a continuidade do serviço autorizado e evitando prejuízo às atividades da SEMOSP, sem prejuízo de eventual glosa de horas não executadas e da aplicação das sanções cabíveis em caso de descumprimento.

10.4. A contratada deverá disponibilizar os equipamentos em adequado estado de conservação e funcionamento, com documentação regular, manutenção preventiva e corretiva em dia, operadores habilitados, dispositivos de segurança necessários e condições operacionais compatíveis com o serviço autorizado pela Administração. Considerando a admissão de equipamentos com até **17 (dezessete) anos de uso**, contados a partir do ano de fabricação, a aceitação do equipamento ficará condicionada à conferência prévia pela fiscalização, especialmente quanto ao ano de fabricação/ano-modelo, estado geral de conservação, regularidade documental, manutenção, segurança e aptidão operacional.

10.4.1. Antes do início da execução dos serviços, a fiscalização poderá realizar vistoria ou conferência prévia do equipamento disponibilizado, verificando sua compatibilidade com as especificações exigidas, o limite de até **17 (dezessete) anos de uso**, a documentação, o estado de conservação, a manutenção, os dispositivos de segurança e a aptidão operacional para execução segura e eficiente do objeto.

10.4.2. A admissão de equipamento com até **17 (dezessete) anos de uso** não autoriza a utilização de máquina ou veículo em mau estado de conservação, com desgaste excessivo, falhas mecânicas, vazamentos, emissão excessiva de fumaça, ruídos anormais, documentação irregular, ausência de manutenção comprovada ou qualquer condição que comprometa a segurança, a eficiência ou a continuidade dos serviços.

10.4.3. A contratada deverá apresentar, quando solicitado pela Administração, documentos ou informações que comprovem a regularidade e as condições operacionais do equipamento, tais como documento do veículo/equipamento, comprovação de manutenção, identificação do





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

operador habilitado e demais documentos pertinentes à execução segura do serviço.

10.5. A mobilização e desmobilização dos equipamentos até os locais de execução indicados pela Administração serão de responsabilidade da contratada e deverão estar incluídas no preço da hora-máquina, não sendo admitida cobrança autônoma por deslocamento, transporte ou retirada dos equipamentos, salvo se houver previsão expressa no edital ou em instrumento contratual.

10.6. A contratada deverá atender às Ordens de Serviço nos prazos definidos pela Administração, considerando a natureza da demanda, a localização do serviço, a urgência da atividade e a disponibilidade operacional necessária, devendo comunicar formalmente qualquer impedimento, atraso ou ocorrência que possa comprometer a execução.

10.7. A execução dos serviços deverá ser acompanhada por fiscal ou servidor designado pela Administração, cabendo à contratada apresentar relatório de execução contendo, no mínimo, a data, o local, o equipamento utilizado, o operador responsável, o horário inicial e final, o total de horas executadas, a descrição da atividade realizada e a assinatura do representante da contratada e do responsável pelo acompanhamento.

10.8. A medição será realizada por hora-máquina efetivamente executada e atestada, preferencialmente mediante controle de horímetro, relatório diário, diário de campo, planilha de acompanhamento ou outro meio idôneo aceito pela fiscalização.

10.9. Não serão computadas para fins de pagamento as horas decorrentes de tempo ocioso, deslocamentos não autorizados, paralisações por falha mecânica, ausência de operador, falta de combustível, manutenção corretiva durante a execução, atrasos imputáveis à contratada ou qualquer período em que o equipamento não esteja efetivamente executando o serviço autorizado.

10.10. Quando a execução envolver o **caminhão Munck com cesto aéreo**, especialmente em serviços de manutenção da iluminação pública, poda de árvores, instalação e retirada de placas ou atividades em altura, a contratada deverá observar rigorosamente as normas de segurança aplicáveis, disponibilizando equipamento e operador adequados à atividade.

10.11. Quando os serviços com caminhão Munck envolverem proximidade com rede elétrica energizada, deverá ser utilizado **cesto aéreo isolado**, observadas as normas de segurança pertinentes, especialmente **NR-10, NR-12 e NR-35**, sendo vedada a execução em condição insegura ou sem os equipamentos de proteção necessários.

10.12. A Administração poderá recusar o início ou determinar a paralisação dos serviços quando verificar equipamento em mau estado de conservação, operador não habilitado, ausência de documentação, falha de segurança, vazamento, emissão excessiva de fumaça, ruído anormal, ausência de cesto isolado quando exigido ou qualquer condição que comprometa a segurança, a eficiência ou a regular execução do objeto.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

10.13. A contratada deverá providenciar a substituição do equipamento recusado ou inoperante em prazo compatível com a necessidade da Administração, sem ônus adicional, assegurando a continuidade do serviço autorizado e evitando prejuízo às atividades da SEMOSP.

10.14. As atividades executadas deverão observar a finalidade de cada equipamento, sendo o rolo compactador utilizado em serviços de compactação de solo, terraplanagem, aterros e bases de estradas; o caminhão pipa em umidificação de vias não pavimentadas, controle de poeira e apoio à compactação; e o caminhão Munck com cesto aéreo em serviços em altura, manutenção da iluminação pública, poda de árvores, instalação e retirada de placas e atividades correlatas, conforme demanda formalizada pela SEMOSP.

10.15. A execução dos serviços deverá respeitar as orientações da fiscalização, as condições de segurança do local, as normas ambientais aplicáveis, as regras de trânsito e circulação de máquinas e veículos, bem como as demais determinações legais, regulamentares e contratuais pertinentes.

11. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

11.1. A execução do objeto ocorrerá de forma indireta, por demanda, mediante locação de equipamentos por **hora-máquina efetivamente executada**, com operador, combustível, manutenção preventiva e corretiva, mobilização, desmobilização e demais custos operacionais inclusos no preço unitário contratado.

11.2. Os serviços serão executados conforme necessidade da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos — SEMOSP, mediante emissão de **Ordem de Serviço** ou autorização formal equivalente, respeitados os quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços, a disponibilidade orçamentária e o interesse público.

11.3. Cada Ordem de Serviço deverá indicar, sempre que possível:

- I – o item/equipamento solicitado;
- II – o local de execução;
- III – a descrição da atividade a ser realizada;
- IV – a estimativa de horas necessárias;
- V – o prazo ou período previsto para atendimento;
- VI – o servidor responsável pelo acompanhamento;
- VII – eventuais orientações de segurança, acesso, logística ou condições específicas do local.

11.4. Após o recebimento da Ordem de Serviço, a contratada deverá disponibilizar o equipamento solicitado em condições adequadas de uso, acompanhado de operador habilitado, combustível suficiente à execução da demanda autorizada e todos os acessórios, dispositivos de segurança e recursos necessários à regular prestação dos serviços.

11.5. A contratada deverá executar os serviços exclusivamente nos locais e atividades autorizados pela Administração, sendo vedada a realização de serviços diversos, em local





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

diferente ou em período não autorizado, salvo mediante autorização formal da fiscalização ou do gestor da contratação.

11.6. A medição da execução será realizada com base nas horas-máquina efetivamente trabalhadas, mediante controle de horímetro, relatório diário ou mensal, diário de campo, planilha de acompanhamento ou outro meio idôneo aceito pela fiscalização.

11.7. O relatório de execução deverá conter, no mínimo:

- I – identificação da contratada;
- II – identificação do equipamento utilizado;
- III – nome do operador;
- IV – data da execução;
- V – local de prestação dos serviços;
- VI – descrição da atividade executada;
- VII – horário inicial e final;
- VIII – total de horas executadas;
- IX – registro de horímetro inicial e final, quando aplicável;
- X – assinatura do representante da contratada e do fiscal ou servidor responsável pelo acompanhamento.

11.8. Somente serão consideradas para pagamento as horas efetivamente executadas, devidamente comprovadas e atestadas pela fiscalização, não sendo admitido pagamento por tempo ocioso, deslocamentos não autorizados, paralisações decorrentes de falha da contratada, falta de combustível, ausência de operador, manutenção corretiva durante a execução ou equipamento inoperante.

11.9. Caso o equipamento apresente defeito, falha operacional, condição insegura, vazamento, documentação irregular, desempenho insatisfatório ou incompatibilidade com a atividade autorizada, a Administração poderá recusar o equipamento, suspender a execução e exigir sua substituição, sem ônus adicional.

11.10. A substituição do equipamento inoperante ou inadequado deverá ocorrer em prazo compatível com a necessidade administrativa, a ser definido pela fiscalização ou pela Ordem de Serviço, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis em caso de atraso, descumprimento ou prejuízo à Administração.

11.11. Nos serviços com **caminhão Munck com cesto aéreo**, especialmente quando envolverem manutenção da iluminação pública, poda de árvores, instalação ou retirada de placas e demais atividades em altura, a contratada deverá garantir equipamento adequado, operador capacitado e observância das normas de segurança aplicáveis.

11.12. Quando houver proximidade com rede elétrica energizada, o caminhão Munck deverá possuir **cesto aéreo isolado**, sendo vedada a execução dos serviços sem os requisitos de segurança pertinentes, especialmente aqueles relacionados à NR-10, NR-12 e NR-35.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

11.13. A execução dos serviços deverá observar as finalidades indicadas no DFD, especialmente apoio às atividades de compactação de solo, umidificação de vias não pavimentadas, manutenção de estradas vicinais, obras públicas, manutenção da iluminação pública, poda de árvores, instalação e retirada de placas.

11.14. A contratada deverá manter comunicação permanente com a Administração durante a execução, informando imediatamente qualquer ocorrência que possa comprometer prazo, segurança, produtividade, regularidade documental, funcionamento do equipamento ou continuidade do serviço.

11.15. A Administração, por meio da fiscalização, poderá determinar ajustes operacionais, paralisação, substituição de equipamento, correção de relatório, glosa de horas ou adoção de providências necessárias à adequada execução do objeto, observadas as condições previstas neste Termo de Referência, no edital, na Ata de Registro de Preços e no instrumento contratual decorrente.

12. DO MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

12.1. A gestão e a fiscalização da contratação deverão ser exercidas por servidor ou servidores formalmente designados pela Administração, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021, do edital, da Ata de Registro de Preços, do instrumento contratual decorrente e deste Termo de Referência.

12.2. Caberá ao gestor da contratação acompanhar a execução administrativa do ajuste, controlar os prazos, verificar a regularidade dos documentos necessários à execução e ao pagamento, acompanhar o saldo da Ata de Registro de Preços, promover comunicações formais com a contratada e adotar as providências necessárias ao regular andamento da contratação.

12.3. Caberá ao fiscal da contratação acompanhar diretamente a execução dos serviços, verificando se os equipamentos disponibilizados atendem às especificações exigidas, se estão em adequado estado de conservação e funcionamento, se possuem documentação regular, manutenção preventiva e corretiva em dia, operadores habilitados e aptos à execução das atividades autorizadas, bem como se observam o limite de até **17 (dezesete) anos de uso**, contado a partir do ano de fabricação/ano-modelo, quando aplicável.

12.3.1. A fiscalização poderá realizar conferência prévia ou vistoria dos equipamentos antes do início da execução, especialmente quanto ao ano de fabricação/ano-modelo, documentação, manutenção, estado geral de conservação, ausência de vazamentos, ruídos anormais, emissão excessiva de fumaça, falhas mecânicas, desgaste excessivo ou qualquer condição que comprometa a segurança e a eficiência dos serviços.

12.3.2. A aceitação de equipamentos com até **17 (dezesete) anos de uso** ficará condicionada à comprovação de plena aptidão operacional, não sendo admitida a execução





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

com máquinas ou veículos em condições precárias, inseguros, inoperantes, com manutenção irregular ou documentação incompatível com a atividade.

12.3.3. A contratada deverá apresentar, quando solicitado pelo gestor ou fiscal, documentos ou informações que comprovem a regularidade do equipamento, a manutenção realizada, a habilitação do operador e demais condições necessárias à execução segura e adequada do objeto.

12.4. A fiscalização deverá acompanhar a execução das Ordens de Serviço, conferindo, sempre que possível, o local de execução, a atividade realizada, o equipamento utilizado, o horário inicial e final, o total de horas executadas, o registro de horímetro, a produtividade compatível e a conformidade dos serviços com a demanda autorizada pela Administração.

12.5. A fiscalização deverá atestar apenas as horas-máquina efetivamente executadas, comprovadas por relatório de execução, controle de horímetro, diário de campo, planilha de acompanhamento ou outro meio idôneo aceito pela Administração, vedado o atesto de horas não trabalhadas, tempo ocioso, deslocamentos não autorizados ou paralisações decorrentes de falha da contratada.

12.6. O relatório de execução apresentado pela contratada deverá ser analisado pela fiscalização antes do pagamento, podendo ser aprovado, corrigido, glosado ou devolvido para complementação, caso apresente inconsistências, ausência de informações, divergência de horários, falta de assinatura, incompatibilidade com a Ordem de Serviço ou ausência de comprovação das horas executadas.

12.7. A fiscalização poderá recusar equipamento que apresente defeito, falha mecânica, vazamento, emissão excessiva de fumaça, ruído anormal, documentação irregular, ausência de manutenção comprovada, operador não habilitado, condição insegura, desempenho incompatível com a execução do serviço autorizado ou qualquer irregularidade que comprometa a segurança, a eficiência ou a regularidade do objeto, ainda que o equipamento esteja dentro do limite de até **17 (dezessete) anos de uso**.

12.8. Quando se tratar de serviço com caminhão Munck com cesto aéreo, o fiscal deverá verificar, antes ou durante a execução, se o equipamento é adequado à atividade, se possui condições de segurança, se o operador está habilitado/capacitado e se estão sendo observadas as normas aplicáveis, especialmente nos serviços em altura e naqueles realizados em proximidade com rede elétrica energizada.

12.9. Nos casos de execução próxima à rede elétrica energizada, a fiscalização deverá exigir a utilização de **cesto aéreo isolado**, bem como a observância das normas de segurança pertinentes, especialmente **NR-10, NR-12 e NR-35**, podendo determinar a paralisação imediata do serviço quando constatada condição insegura.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

12.10. O gestor e o fiscal deverão registrar as ocorrências relevantes verificadas durante a execução contratual, incluindo atrasos, falhas, recusas de equipamento, substituições, paralisações, inconsistências de medição, descumprimento de Ordem de Serviço, problemas de segurança ou qualquer fato que possa impactar a regularidade da execução.

12.11. Constatada irregularidade na execução, a fiscalização deverá comunicar formalmente a contratada para correção, substituição do equipamento, complementação de documentos, ajuste de relatório ou adoção de providências necessárias, sem prejuízo da comunicação ao gestor do contrato e da adoção das medidas administrativas cabíveis.

12.12. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pela perfeita execução do objeto, cabendo-lhe responder por danos causados à Administração, a terceiros, ao meio ambiente, aos seus empregados, prepostos ou operadores, quando decorrentes de ação ou omissão relacionada à execução contratual.

12.13. O acompanhamento da execução deverá observar a finalidade do objeto, que consiste no apoio às atividades da SEMOSP, incluindo manutenção e recuperação de estradas vicinais, compactação de solos, umidificação de vias não pavimentadas, manutenção da iluminação pública, poda de árvores, instalação e retirada de placas e demais serviços compatíveis com os equipamentos contratados.

12.14. O recebimento e o atesto dos serviços deverão ocorrer somente após a conferência das informações apresentadas pela contratada, da compatibilidade com a Ordem de Serviço e da comprovação da execução efetiva das horas-máquina, servindo o atesto como condição para o processamento do pagamento.

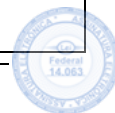
12.15. A Administração poderá realizar vistorias, solicitar documentos, exigir substituição de equipamentos, determinar correções, glosar valores, suspender a execução de serviços inseguros ou adotar outras providências necessárias à proteção do interesse público e à adequada execução contratual.

12.16. A gestão e fiscalização da execução deverão observar a Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto ao dever de acompanhamento da execução contratual por representante da Administração, com registro das ocorrências, determinação das providências necessárias à regularização das falhas e comunicação aos superiores quando a situação exigir decisão que ultrapasse sua competência.

13. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS

13.1. O recebimento dos serviços ocorrerá mediante conferência, pela fiscalização, das horas-máquina efetivamente executadas, conforme Ordem de Serviço, relatório de execução, controle de horímetro, diário de campo, planilha de acompanhamento ou outro meio idôneo aceito pela Administração.

13.2. Para fins de recebimento, a contratada deverá apresentar relatório de execução





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

contendo, no mínimo, a identificação do equipamento utilizado, nome do operador, data, local de execução, descrição da atividade realizada, horário inicial e final, total de horas executadas, registro de horímetro inicial e final, quando aplicável, e assinatura do representante da contratada e do servidor responsável pelo acompanhamento.

13.3. O recebimento provisório dos serviços ocorrerá com a apresentação do relatório de execução e demais documentos de medição pela contratada, ficando condicionado à posterior conferência e validação pela fiscalização.

13.4. O recebimento definitivo ocorrerá após a análise e o atesto da fiscalização, mediante confirmação de que os serviços foram efetivamente executados, que as horas medidas correspondem à realidade da execução e que houve compatibilidade com a Ordem de Serviço emitida pela Administração.

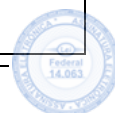
13.5. A Administração poderá recusar, total ou parcialmente, o recebimento dos serviços quando verificar:

- I** – execução sem Ordem de Serviço ou sem autorização formal equivalente;
- II** – ausência de comprovação das horas executadas;
- III** – divergência entre o relatório apresentado e a execução efetivamente verificada;
- IV** – utilização de equipamento diverso do autorizado, sem anuência da fiscalização;
- V** – equipamento em mau estado de conservação, inoperante ou inseguro;
- VI** – operador sem habilitação ou capacitação adequada;
- VII** – execução em local, horário ou atividade diferente da autorizada;
- VIII** – ausência de cesto aéreo isolado quando o serviço envolver proximidade com rede elétrica energizada;
- IX** – descumprimento das normas de segurança aplicáveis;
- X** – horas relativas a tempo ocioso, deslocamento não autorizado, manutenção corretiva, falta de combustível, paralisação por falha da contratada ou equipamento inoperante.

13.6. As horas não comprovadas, não autorizadas, executadas em desconformidade ou não aceitas pela fiscalização deverão ser glosadas, não gerando direito a pagamento pela contratada.

13.7. Havendo inconsistências nos relatórios, ausência de informações, divergência de horários, falta de assinatura ou necessidade de esclarecimento, a fiscalização poderá devolver a medição à contratada para correção ou complementação, suspendendo-se o processamento do pagamento até o saneamento das pendências.

13.8. A aceitação dos serviços não afasta a responsabilidade da contratada por vícios, falhas, irregularidades, danos, acidentes ou prejuízos decorrentes da execução, especialmente quando constatados posteriormente e relacionados à inadequação do equipamento, falha do operador, descumprimento de normas de segurança ou informações incorretas prestadas na medição.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

13.9. Nos serviços executados com caminhão Munck com cesto aéreo, a aceitação ficará condicionada à observância das condições de segurança aplicáveis à atividade em altura, inclusive quanto à utilização de cesto aéreo isolado quando houver proximidade com rede elétrica energizada, conforme exigido neste Termo de Referência.

13.10. O atesto da fiscalização deverá considerar a conformidade da execução com o objeto contratado, a compatibilidade das horas informadas, o atendimento das especificações técnicas, a regularidade do equipamento e a efetiva prestação do serviço em favor da Administração.

13.11. O recebimento e a aceitação dos serviços deverão observar, no que couber, as disposições da Lei nº 14.133/2021, do edital, da Ata de Registro de Preços, do instrumento contratual decorrente e deste Termo de Referência.

13.12. O recebimento e a aceitação dos serviços deverão observar, no que couber, as regras da Lei nº 14.133/2021 relativas ao recebimento do objeto, condicionando-se o aceite definitivo à conferência da execução, compatibilidade com a Ordem de Serviço, comprovação das horas-máquina efetivamente prestadas e atesto pela fiscalização.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1. Constituem obrigações da contratada, sem prejuízo de outras previstas no edital, na Ata de Registro de Preços, no instrumento contratual decorrente e na legislação aplicável:

I – executar os serviços de locação de equipamentos por hora-máquina conforme as condições estabelecidas neste Termo de Referência, nas Ordens de Serviço emitidas pela Administração e demais instrumentos que integrarem a contratação;

II – disponibilizar os equipamentos contratados em adequado estado de conservação e funcionamento, com documentação regular, manutenção preventiva e corretiva em dia e aptidão operacional compatível com os serviços demandados;

III – disponibilizar operador ou motorista habilitado, capacitado e apto à operação do equipamento correspondente, responsabilizando-se integralmente por sua remuneração, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, seguros, treinamentos, EPIs, EPCs e demais obrigações legais;

IV – incluir no preço da hora-máquina todos os custos necessários à execução do objeto, tais como operador, combustível, lubrificantes, manutenção preventiva e corretiva, peças, pneus, mobilização, desmobilização, transporte dos equipamentos, seguros, tributos, encargos e demais despesas diretas e indiretas;

V – atender às Ordens de Serviço emitidas pela Administração nos prazos e condições nelas estabelecidos, comunicando formalmente qualquer fato que possa comprometer o atendimento, a segurança ou a continuidade da execução;

VI – executar os serviços exclusivamente nos locais, horários, atividades e condições autorizados pela Administração, sendo vedada a execução de serviços estranhos ao objeto ou não autorizados formalmente;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

- VII** – manter canal de comunicação com a Administração e indicar preposto ou responsável pela execução contratual, apto a receber demandas, prestar esclarecimentos, solucionar ocorrências e adotar providências operacionais necessárias;
- VIII** – apresentar relatório de execução das horas-máquina, contendo data, local, equipamento utilizado, operador, horário inicial e final, total de horas executadas, registro de horímetro quando aplicável, descrição da atividade realizada e assinaturas necessárias;
- IX** – permitir e facilitar a fiscalização dos serviços pela Administração, prestando informações, apresentando documentos e esclarecendo inconsistências sempre que solicitado;
- X** – substituir, sem ônus adicional para a Administração, equipamento que apresente defeito, falha mecânica, vazamento, emissão excessiva de fumaça, ruído anormal, documentação irregular, condição insegura ou desempenho incompatível com a execução do serviço;
- XI** – substituir operador ou motorista que não esteja habilitado, que atue de forma insegura, que descumpra orientações da fiscalização ou que apresente conduta incompatível com a adequada execução do objeto;
- XII** – manter os equipamentos abastecidos e em condições de funcionamento durante a execução das Ordens de Serviço, não sendo admitido pagamento por paralisações decorrentes de falta de combustível, manutenção, peças, operador ou qualquer fato imputável à contratada;
- XIII** – observar todas as normas legais, regulamentares, ambientais, trabalhistas, previdenciárias, fiscais e de segurança aplicáveis à execução do objeto;
- XIV** – observar, especialmente nos serviços com caminhão Munck com cesto aéreo, as normas de segurança aplicáveis às atividades em altura e, quando houver proximidade com rede elétrica energizada, disponibilizar **cesto aéreo isolado**, com observância das normas pertinentes, especialmente NR-10, NR-12 e NR-35;
- XV** – não executar serviços em condições inseguras, com equipamento defeituoso, operador não habilitado, ausência de EPIs/EPCs, documentação irregular ou descumprimento das normas de segurança aplicáveis;
- XVI** – responsabilizar-se por danos causados à Administração, a terceiros, ao meio ambiente, aos seus empregados, prepostos ou operadores, quando decorrentes de ação ou omissão relacionada à execução contratual;
- XVII** – adotar medidas de prevenção ambiental, evitando vazamento de óleo, combustível, graxa ou lubrificantes, descarte irregular de resíduos, manutenção inadequada em vias públicas ou qualquer conduta que possa causar dano ambiental;
- XVIII** – responsabilizar-se pelo correto gerenciamento e destinação de resíduos decorrentes da manutenção dos equipamentos, inclusive óleo, filtros, graxas, lubrificantes, pneus, peças e demais materiais potencialmente poluentes;
- XIX** – utilizar água de origem regular ou autorizada para execução dos serviços com caminhão pipa, quando aplicável, observando o uso racional e a finalidade indicada pela Administração;
- XX** – manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e das contratações decorrentes, as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

XXI – apresentar nota fiscal, relatórios, documentos de medição, certidões de regularidade e demais documentos necessários ao pagamento, conforme exigido pela Administração;

XXII – corrigir, complementar ou reapresentar relatórios e documentos quando identificadas inconsistências, ausência de informações, divergências ou falhas pela fiscalização;

XXIII – aceitar glosas relativas a horas não executadas, não comprovadas, não autorizadas, executadas em desconformidade ou não aceitas pela fiscalização;

XXIV – cumprir as determinações do gestor e do fiscal da contratação, desde que compatíveis com o objeto contratado, com o edital, com a Ata de Registro de Preços, com o instrumento contratual e com a legislação aplicável;

XXV – responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes de multas, infrações de trânsito, penalidades administrativas, acidentes, danos, seguros ou obrigações legais relacionadas aos veículos, equipamentos, operadores e execução do objeto;

XXVI – manter sigilo sobre informações, documentos, locais, rotinas administrativas ou dados a que tiver acesso em razão da execução contratual, utilizando-os exclusivamente para cumprimento do objeto;

XXVII – comunicar imediatamente à Administração qualquer acidente, dano, falha grave, paralisação, risco à segurança, ocorrência ambiental ou fato relevante relacionado à execução dos serviços;

XXVIII – cumprir integralmente as condições previstas neste Termo de Referência, no edital, na Ata de Registro de Preços, no instrumento contratual decorrente e na proposta apresentada.

14.2. O descumprimento das obrigações previstas neste item poderá ensejar a adoção das medidas administrativas cabíveis, inclusive glosa de valores, notificação, exigência de substituição de equipamento ou operador, aplicação de sanções e demais providências previstas na Lei nº 14.133/2021 e nos instrumentos da contratação.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

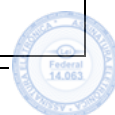
15.1. Constituem obrigações da contratante, sem prejuízo de outras previstas no edital, na Ata de Registro de Preços, no instrumento contratual decorrente e na legislação aplicável:

I – emitir Ordem de Serviço ou autorização formal equivalente antes do início da execução dos serviços, indicando o equipamento solicitado, local de execução, atividade a ser realizada, estimativa de horas, prazo ou período de atendimento e servidor responsável pelo acompanhamento;

II – disponibilizar à contratada as informações necessárias à adequada execução do objeto, especialmente quanto ao local dos serviços, condições de acesso, natureza da atividade, orientações de segurança e demais dados pertinentes;

III – designar formalmente gestor e fiscal da contratação, responsáveis pelo acompanhamento administrativo e pela fiscalização da execução dos serviços;

IV – acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, verificando a conformidade dos equipamentos disponibilizados, a regularidade da execução, a compatibilidade das horas informadas e o atendimento às especificações previstas neste Termo de Referência;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

V – conferir os relatórios de execução apresentados pela contratada, podendo aprová-los, solicitar correções, determinar complementações, glosar horas indevidas ou recusar serviços executados em desconformidade;

VI – atestar somente as horas-máquina efetivamente executadas, comprovadas e aceitas pela fiscalização, vedado o atesto de horas não trabalhadas, tempo ocioso, deslocamentos não autorizados, paralisações decorrentes de falha da contratada ou serviços executados sem autorização formal;

VII – comunicar formalmente à contratada quaisquer falhas, irregularidades, inconsistências, atrasos, defeitos em equipamentos, problemas de segurança ou necessidade de substituição de equipamento ou operador;

VIII – recusar equipamento que não atenda às especificações mínimas, que apresente mau estado de conservação, falha mecânica, documentação irregular, vazamento, emissão excessiva de fumaça, ruído anormal, ausência de dispositivos de segurança ou desempenho incompatível com o serviço autorizado;

IX – determinar a paralisação dos serviços quando constatada condição insegura, especialmente em atividades em altura ou em proximidade com rede elétrica energizada sem a utilização de cesto aéreo isolado ou sem observância das normas de segurança aplicáveis;

X – verificar, nos serviços com caminhão Munck com cesto aéreo, a necessidade de uso de cesto aéreo isolado quando houver proximidade com rede elétrica energizada, exigindo da contratada a observância das normas aplicáveis, especialmente NR-10, NR-12 e NR-35;

XI – controlar o saldo da Ata de Registro de Preços, evitando a emissão de ordens de serviço ou contratações acima dos quantitativos registrados para cada item;

XII – verificar, antes de cada contratação decorrente ou emissão de despesa, a existência de disponibilidade orçamentária, a compatibilidade da demanda com o objeto registrado e o interesse público na execução;

XIII – efetuar o pagamento devido à contratada pelas horas-máquina regularmente executadas, medidas, comprovadas e atestadas, observadas as condições previstas neste Termo de Referência, no edital, na Ata de Registro de Preços e no instrumento contratual decorrente;

XIV – reter tributos na fonte, quando cabível, observada a legislação aplicável;

XV – aplicar glosas, sanções e demais medidas administrativas cabíveis em caso de descumprimento contratual, assegurados o contraditório e a ampla defesa, quando exigidos;

XVI – prestar as informações necessárias aos órgãos de controle interno e externo, à assessoria jurídica, à autoridade competente e aos demais setores responsáveis pelo acompanhamento da contratação;

XVII – manter registro das ocorrências relevantes relacionadas à execução contratual, especialmente quanto a atrasos, falhas, recusas de equipamento, substituições, glosas, paralisações, acidentes ou descumprimentos verificados;

XVIII – observar as regras do Sistema de Registro de Preços, especialmente quanto à utilização dos quantitativos registrados, vigência da Ata, formalização das contratações decorrentes e eventual participação de outros órgãos ou secretarias municipais formalmente





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

admitidos no procedimento;

XIX – cumprir as demais obrigações previstas na Lei nº 14.133/2021, no edital, na Ata de Registro de Preços, no instrumento contratual decorrente e neste Termo de Referência.

15.2. A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pela plena execução do objeto, pela segurança dos serviços, pela regularidade dos equipamentos, pela habilitação dos operadores e por eventuais danos causados à Administração, a terceiros, ao meio ambiente ou a seus empregados e prepostos.

16. DA MEDIÇÃO E PAGAMENTO

16.1. A medição dos serviços será realizada com base nas **horas-máquina efetivamente executadas**, devidamente comprovadas pela contratada e atestadas pela fiscalização da Administração, observadas as condições previstas neste Termo de Referência, no edital, na Ata de Registro de Preços, no instrumento contratual decorrente e nas Ordens de Serviço emitidas.

16.2. Para fins de medição, a contratada deverá apresentar relatório de execução contendo, no mínimo:

- I** – identificação da contratada;
- II** – identificação do equipamento utilizado;
- III** – nome do operador ou motorista;
- IV** – data da execução;
- V** – local da prestação dos serviços;
- VI** – descrição da atividade executada;
- VII** – horário inicial e final da execução;
- VIII** – total de horas executadas;
- IX** – registro de horímetro inicial e final, quando aplicável;
- X** – número da Ordem de Serviço correspondente;
- XI** – assinatura do representante da contratada e do fiscal ou servidor responsável pelo acompanhamento.

16.3. A fiscalização analisará os documentos apresentados e somente atestará as horas que estiverem devidamente comprovadas, compatíveis com a Ordem de Serviço e efetivamente executadas em favor da Administração.

16.4. Não serão objeto de pagamento:

- I** – horas não executadas;
- II** – tempo ocioso do equipamento;
- III** – deslocamentos não autorizados;
- IV** – serviços executados sem Ordem de Serviço ou autorização formal equivalente;
- V** – paralisações decorrentes de falha mecânica, falta de combustível, ausência de operador, manutenção corretiva, substituição de peças ou qualquer outro fato imputável à contratada;
- VI** – horas executadas com equipamento recusado, inadequado, inseguro ou em





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

desconformidade com as especificações exigidas;

VII – atividades realizadas em local, horário ou finalidade diversa da autorizada pela Administração.

16.5. Havendo divergência, ausência de informações, inconsistência no relatório, incompatibilidade com a Ordem de Serviço ou dúvida quanto às horas executadas, a fiscalização poderá devolver a medição à contratada para correção ou complementação, ficando suspenso o processamento do pagamento até o saneamento da pendência.

16.6. As horas consideradas indevidas, não comprovadas, não autorizadas ou executadas em desconformidade deverão ser glosadas pela fiscalização, sem prejuízo da adoção de outras medidas administrativas cabíveis.

16.7. O pagamento será efetuado conforme as horas-máquina efetivamente executadas e atestadas, multiplicadas pelo valor unitário registrado/contratado para cada item, observada a disponibilidade orçamentária, a regularidade documental da contratada e as condições estabelecidas no edital e no instrumento contratual.

16.8. Para fins de pagamento, a contratada deverá apresentar, no mínimo:

I – nota fiscal correspondente aos serviços efetivamente executados;

II – relatório de execução/memória de medição das horas-máquina;

III – cópia ou referência das Ordens de Serviço atendidas;

IV – comprovação de regularidade fiscal, social, trabalhista e perante o FGTS, quando exigível;

V – demais documentos eventualmente exigidos pelo setor competente para liquidação da despesa.

16.9. O pagamento deverá observar o prazo previsto no edital e no instrumento contratual, podendo adotar-se como referência o prazo máximo de até **30 (trinta) dias corridos** após a regular prestação dos serviços, apresentação da nota fiscal, documentos de medição e atesto pela fiscalização, conforme diretriz constante do DFD e normas municipais aplicáveis.

16.10. A contagem do prazo para pagamento somente terá início após a apresentação completa e regular da documentação exigida e o devido atesto da fiscalização. Havendo necessidade de correção, complementação documental ou saneamento de inconsistências, o prazo ficará suspenso até o atendimento integral pela contratada.

16.11. Os pagamentos serão realizados mediante transferência bancária para conta de titularidade da contratada, indicada nos documentos próprios, vedado o pagamento a terceiros estranhos à contratação.

16.12. Independentemente do percentual de tributo indicado em proposta, planilha ou documento fiscal, quando houver retenção tributária legalmente exigida, serão retidos na fonte os valores correspondentes, observada a legislação vigente.





**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL**

16.13. Caso a contratada seja regularmente optante pelo Simples Nacional, deverá apresentar a documentação comprobatória pertinente, quando exigida, para fins de aplicação do tratamento tributário cabível, sem prejuízo da análise pelo setor competente.

16.14. Nenhum pagamento será efetuado enquanto houver pendência de liquidação, inconsistência documental, ausência de atesto, irregularidade fiscal impeditiva, obrigação contratual não cumprida ou penalidade pecuniária pendente, quando legalmente aplicável, sem que isso gere direito a reajuste, indenização ou atualização em favor da contratada, salvo nas hipóteses previstas em lei.

16.15. O pagamento não implica aceitação definitiva de serviços executados com vícios, falhas, irregularidades ou informações incorretas, podendo a Administração adotar medidas de glosa, compensação, cobrança, responsabilização ou aplicação de sanções, caso sejam constatadas irregularidades posteriormente.

17. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

17.1. A seleção do fornecedor será realizada por meio de **Pregão Eletrônico**, para formação de **Ata de Registro de Preços**, com critério de julgamento de **menor preço por item**, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021, da regulamentação aplicável, do edital e deste Termo de Referência.

17.2. A adoção do Pregão Eletrônico justifica-se por se tratar de serviço comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital e neste Termo de Referência, mediante especificações usuais de mercado, especialmente quanto ao tipo de equipamento, unidade de medição, quantidade estimada, condições de execução, obrigações da contratada, medição e pagamento.

17.3. O julgamento por **menor preço por item** justifica-se porque os equipamentos pretendidos possuem finalidades distintas e execução independente, possibilitando a disputa individualizada de cada item e ampliando a competitividade entre fornecedores especializados.

17.4. Será considerado vencedor de cada item o licitante que apresentar o menor preço unitário da hora-máquina, desde que sua proposta atenda integralmente às exigências do edital, deste Termo de Referência e da legislação aplicável.

17.5. A proposta deverá indicar o valor unitário da hora-máquina para cada item disputado, compreendendo todos os custos necessários à execução do objeto, incluindo operador, combustível, lubrificantes, manutenção preventiva e corretiva, peças, pneus, mobilização, desmobilização, transporte dos equipamentos, seguros, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, EPIs, EPCs e demais despesas diretas e indiretas.

17.6. Não serão admitidas propostas que condicionem a execução a pagamento adicional por operador, combustível, manutenção, mobilização, desmobilização ou outros custos que,





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

conforme este Termo de Referência, devam estar incluídos no preço da hora-máquina.

17.7. A aceitabilidade da proposta deverá observar a compatibilidade do preço ofertado com os valores estimados pela Administração, com a pesquisa de preços constante dos autos, com as condições de execução previstas neste Termo de Referência e com a vantajosidade para a Administração.

17.8. Poderá ser exigida, antes da adjudicação, da contratação, da assinatura da Ata de Registro de Preços, da formalização do instrumento contratual ou do início da execução, conforme definido no edital ou solicitado pela Administração, a comprovação de que os equipamentos a serem disponibilizados atendem às especificações mínimas previstas neste Termo de Referência, especialmente quanto ao tipo de equipamento, ano de fabricação/ano-modelo, limite de até **17 (dezessete) anos de uso**, estado de conservação, documentação regular, manutenção preventiva e corretiva, capacidade operacional, condições de segurança e aptidão para execução dos serviços.

17.8.1. A comprovação poderá ocorrer mediante apresentação de documentos, registros, fotos, declaração formal, relatório de manutenção, documentação do veículo/equipamento, identificação do operador habilitado ou mediante vistoria/conferência pela Administração, sem prejuízo de outras diligências necessárias à verificação da compatibilidade do equipamento com o objeto licitado.

17.8.2. A aceitação de equipamento com até **17 (dezessete) anos de uso** ficará condicionada à demonstração de bom estado de conservação, regularidade documental, manutenção adequada e plena aptidão operacional, podendo a Administração recusar equipamento que apresente desgaste excessivo, falha mecânica, vazamento, emissão excessiva de fumaça, ruído anormal, ausência de dispositivos de segurança, documentação irregular ou qualquer condição que comprometa a execução segura e eficiente do objeto.

17.9. O licitante deverá declarar que tem ciência de que o preço ofertado inclui todos os custos necessários à execução do objeto, não cabendo cobrança adicional à Administração por despesas ordinárias de execução, salvo previsão expressa no edital ou no instrumento contratual.

17.10. A contratação será parcelada por item, sendo facultado ao licitante participar de um, alguns ou todos os itens, conforme sua capacidade operacional e interesse, desde que atenda às exigências correspondentes ao item disputado.

17.11. A existência de fornecedor registrado não obriga a Administração à contratação integral ou imediata dos quantitativos previstos, sendo a execução condicionada à necessidade efetiva, disponibilidade orçamentária, emissão de Ordem de Serviço e observância das regras da Ata de Registro de Preços.

17.12. Em caso de empate, inabilitação, desclassificação, recusa de contratação,





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

descumprimento da Ata ou impossibilidade de atendimento pelo fornecedor registrado, deverão ser observadas as regras previstas no edital, na Ata de Registro de Preços e na Lei nº 14.133/2021 quanto à convocação de remanescentes, negociação e demais providências cabíveis.

17.13. A adoção do Pregão Eletrônico justifica-se pelo art. 29 da Lei nº 14.133/2021, que prevê a utilização do pregão quando o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado. O critério de julgamento por menor preço por item é compatível com o art. 82, inciso V, da mesma Lei, aplicável ao Sistema de Registro de Preços.

18. DAS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

18.1. Para fins de habilitação, o licitante deverá apresentar documentação compatível com o objeto da contratação, observadas as exigências previstas na Lei nº 14.133/2021, no edital e neste Termo de Referência, limitando-se ao necessário para comprovar sua capacidade jurídica, fiscal, social, trabalhista, econômico-financeira e técnica para execução dos serviços.

18.2. As exigências de habilitação deverão ser proporcionais à natureza do objeto, vedada a inclusão de condições excessivas, impertinentes ou que possam restringir indevidamente a competitividade, considerando que se trata de contratação de serviço comum de locação de equipamentos por hora-máquina.

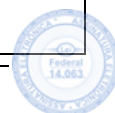
18.3. Para fins de habilitação jurídica, o licitante deverá apresentar documentação que comprove sua existência legal, regular constituição e autorização para o exercício da atividade compatível com o objeto licitado, conforme o tipo societário ou natureza jurídica da empresa.

18.4. Para fins de regularidade fiscal, social e trabalhista, deverão ser exigidos os documentos previstos na legislação aplicável, especialmente comprovação de inscrição no CNPJ, regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, regularidade perante o FGTS e inexistência de débitos trabalhistas, nos termos exigidos no edital.

18.5. Para fins de qualificação econômico-financeira, poderão ser exigidos documentos aptos a demonstrar a capacidade financeira mínima do licitante para execução do objeto, observados os limites, critérios e parâmetros definidos no edital, de forma proporcional ao valor e à natureza da contratação.

18.6. Para fins de qualificação técnica, deverá ser exigida comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto, mediante apresentação de **atestado de capacidade técnica**, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que o licitante executou ou executa serviços de locação de equipamentos, máquinas, veículos operacionais ou serviços similares, compatíveis com o item ou itens para os quais apresentar proposta.

18.7. O atestado de capacidade técnica deverá guardar pertinência com o item disputado, admitindo-se comprovação por serviços similares, desde que demonstrem aptidão operacional





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

para disponibilização de equipamentos, operadores e execução de serviços por hora-máquina ou mediante demanda.

18.8. Para o item referente ao **caminhão Munck com cesto aéreo**, a qualificação técnica deverá demonstrar aptidão para execução de serviços com equipamento de elevação ou operação similar, podendo ser exigida comprovação de disponibilidade de operador habilitado/capacitado e atendimento às normas de segurança aplicáveis, especialmente quando houver execução em altura ou proximidade com rede elétrica energizada.

18.9. A contratada deverá comprovar, quando solicitado pela Administração, que os equipamentos disponibilizados possuem documentação regular, condições operacionais adequadas, manutenção em dia e atendimento às normas de segurança aplicáveis.

18.10. Poderá ser exigida declaração formal do licitante de que disponibilizará, durante a execução contratual, equipamentos compatíveis com as especificações do edital e deste Termo de Referência, com operador habilitado, combustível, manutenção, mobilização e desmobilização inclusos no preço ofertado.

18.11. Também poderá ser exigida declaração de ciência de que a execução dos serviços com caminhão Munck em proximidade com rede elétrica energizada exigirá a disponibilização de **cesto aéreo isolado**, bem como observância das normas aplicáveis, especialmente NR-10, NR-12 e NR-35.

18.12. Não deverão ser exigidos documentos ou condições sem pertinência direta com o objeto, tais como sede ou filial em localidade específica, vínculo com entidade ou conselho profissional não indispensável à execução, quantitativos mínimos excessivos, marca/modelo determinado de equipamento ou qualquer exigência que restrinja indevidamente a participação de licitantes aptos.

18.13. A Administração poderá realizar diligências para esclarecer, complementar ou confirmar informações constantes dos documentos de habilitação, desde que observados os princípios da legalidade, isonomia, julgamento objetivo, razoabilidade e competitividade.

18.14. A habilitação do licitante vencedor não afasta a obrigação de comprovar, antes ou durante a execução, que os equipamentos efetivamente disponibilizados atendem às especificações técnicas, às condições de segurança e às exigências operacionais previstas neste Termo de Referência.

18.15. O descumprimento das exigências de habilitação, a apresentação de documentação irregular ou a impossibilidade de comprovação da capacidade técnica e operacional poderá ensejar inabilitação, desclassificação, recusa de contratação ou aplicação das medidas cabíveis, conforme a fase do procedimento e as regras do edital.

18.16. As exigências de habilitação e qualificação técnica deverão observar o art. 67 da Lei nº 14.133/2021, restringindo-se à comprovação de aptidão pertinente e compatível com o objeto, preferencialmente por atestados





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

relacionados aos itens disputados, vedadas exigências excessivas, desproporcionais ou sem relação direta com a locação de equipamentos por hora-máquina.

19. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

19.1. A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base na pesquisa de preços constante dos autos, considerando os valores médios unitários apurados para cada item e os quantitativos estimados no Documento de Formalização de Demanda — DFD, correspondentes a **2.000 horas-máquina por item**, para o período estimado de 12 meses.

19.2. Para fins de formação do valor estimado, foram considerados os seguintes parâmetros, conforme pesquisa de preços constante dos autos e descrição técnica alinhada ao Documento de Formalização de Demanda — DFD e à média de preços:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR TOTAL ESTIMADO
01	Locação de rolo compactador pé de carneiro, com peso operacional de no mínimo 12.900 kg, peso operacional inclusive no ROPS de 11.400 kg, peso no módulo do cilindro dianteiro e traseiro de 6.800/4.600 kg, amplitude normal alta/baixa mínima de 1,6/0,8 mm, força centrífuga alta/baixa, largura do cilindro mínima de 2.130 mm, potência máxima de 82 kW / 110 HP, em bom estado de conservação, fabricação com até 17 (dezessete) anos de uso , com operador, combustível, manutenção, mobilização e desmobilização inclusos.	Hora-máquina	2.000	R\$ 439,0433	R\$ 878.086,60
02	Locação de caminhão pipa com capacidade mínima de 15.000 litros, potência	Hora-máquina	2.000	R\$ 458,7767	R\$ 917.553,40





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

	mínima do motor de 180 a 200 CV, bomba centrífuga de alta vazão, mangueira de sucção em bom estado de conservação, fabricação com até 17 (dezessete) anos de uso , com operador/motorista, combustível, manutenção, mobilização e desmobilização inclusos.				
03	Locação de caminhão Munck com cesto aéreo, alcance hidráulico máximo aproximado de 9,6 a 16 metros, braço articulado, capacidade de carga de pequena e média tonelage, geralmente entre 2 e 10 toneladas, sistema eletrônico ou hidráulico com isolamento elétrica, segurança conforme normas aplicáveis, especialmente NR-12 e NR-35, em bom estado de conservação, fabricação com até 17 (dezessete) anos de uso , com operador, combustível, manutenção, mobilização e desmobilização inclusos.	Hora-máquina	2.000	R\$ 518,4980	R\$ 1.036.996,00
	VALOR TOTAL ESTIMADO	Hora-máquina	6.000		R\$ 2.832.636,00

19.3. O valor total estimado da contratação corresponde a **R\$ 2.832.636,00 (dois milhões, oitocentos e trinta e dois mil, seiscentos e trinta e seis reais)**.

19.4. Os valores estimados possuem caráter referencial para fins de planejamento, formação da Ata de Registro de Preços, análise de vantajosidade, julgamento das propostas e aferição da compatibilidade dos preços ofertados com os praticados no mercado.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

19.5. Por se tratar de contratação pelo Sistema de Registro de Preços, a estimativa de valor não implica obrigação de contratação integral dos quantitativos registrados, sendo as futuras contratações realizadas conforme a necessidade efetiva da Administração, disponibilidade orçamentária, emissão de Ordem de Serviço e atesto das horas-máquina efetivamente executadas.

19.6. O preço unitário da hora-máquina deverá compreender todos os custos necessários à execução do objeto, incluindo operador, motorista, combustível, lubrificantes, manutenção preventiva e corretiva, peças, pneus, mobilização, desmobilização, transporte dos equipamentos, seguros, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, EPIs, EPCs e demais despesas diretas e indiretas da contratada.

19.7. A aceitabilidade das propostas deverá considerar os valores médios apurados na pesquisa de preços, as condições de execução previstas neste Termo de Referência e a vantajosidade para a Administração, observando-se o disposto no art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

19.8. Eventual proposta com valor manifestamente inexecuível, excessivo ou incompatível com as condições de execução deverá ser analisada pela Administração, podendo ser objeto de diligência, negociação, desclassificação ou demais providências cabíveis, conforme o edital e a legislação aplicável.

19.9. A estimativa de valor deverá observar o art. 23 da Lei nº 14.133/2021, devendo estar compatível com os valores praticados pelo mercado, com base em pesquisa de preços, memória de cálculo e documentos de suporte juntados aos autos, considerando as peculiaridades do local de execução e todos os custos incluídos na hora-máquina.

20. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

20.1. Por se tratar de procedimento destinado à formação de **Ata de Registro de Preços**, a indicação da dotação orçamentária específica poderá ocorrer no momento da formalização de cada contratação decorrente, emissão da nota de empenho, ordem de serviço, contrato ou instrumento equivalente, conforme a efetiva necessidade da Administração e a secretaria ou órgão demandante.

20.2. A formação da Ata de Registro de Preços, por si só, não gera obrigação imediata de contratação nem de execução orçamentária, uma vez que os serviços serão acionados conforme demanda, disponibilidade orçamentária, interesse público e existência de saldo registrado.

20.3. As despesas decorrentes das futuras contratações correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do órgão ou secretaria demandante, a serem indicadas pelo setor competente antes da formalização da despesa, conforme previsto no Documento de Formalização de Demanda — DFD.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

20.4. Para cada contratação decorrente da Ata de Registro de Preços, deverá ser verificada previamente a existência de disponibilidade orçamentária suficiente, bem como a compatibilidade da despesa com a legislação orçamentária vigente, a programação financeira e o interesse público.

20.5. No caso de utilização da Ata por outras secretarias ou órgãos municipais formalmente admitidos no procedimento, caberá ao respectivo órgão demandante indicar a dotação orçamentária própria, comprovar a disponibilidade de recursos e adotar as providências necessárias à emissão do empenho ou instrumento equivalente.

20.6. O valor estimado da contratação possui caráter referencial e representa o limite global planejado para fins de Registro de Preços, não implicando obrigação de utilização integral dos quantitativos nem de execução total da despesa estimada.

20.7. O pagamento das despesas somente ocorrerá em relação às horas-máquina efetivamente executadas, comprovadas, medidas e atestadas pela fiscalização, observadas a disponibilidade orçamentária, a regular liquidação da despesa e as condições previstas neste Termo de Referência, no edital, na Ata de Registro de Preços e no instrumento contratual decorrente.

20.8. A adequação orçamentária específica deverá ser demonstrada nos autos antes da formalização de cada contratação decorrente, em observância ao planejamento, ao controle da despesa pública e às disposições da Lei nº 14.133/2021.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. O descumprimento das obrigações previstas neste Termo de Referência, no edital, na Ata de Registro de Preços, no instrumento contratual decorrente, na proposta apresentada ou na legislação aplicável sujeitará a contratada às sanções administrativas cabíveis, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa, quando exigidos.

21.2. Poderão ensejar a aplicação de sanções, sem prejuízo de outras condutas previstas no edital e na legislação aplicável:

- I** – deixar de disponibilizar o equipamento solicitado na Ordem de Serviço, sem justificativa aceita pela Administração;
- II** – disponibilizar equipamento em mau estado de conservação, com documentação irregular, sem manutenção adequada ou sem condições de segurança;
- III** – executar os serviços com operador não habilitado, não capacitado ou sem os equipamentos de proteção necessários;
- IV** – executar serviços sem Ordem de Serviço ou em desconformidade com a autorização emitida pela Administração;
- V** – apresentar relatório de execução, medição ou documento com informações incorretas, incompletas ou incompatíveis com a realidade dos serviços executados;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

- VI** – cobrar ou tentar cobrar horas não executadas, tempo ocioso, deslocamento não autorizado, paralisação por falha da contratada ou serviço não aceito pela fiscalização;
- VII** – deixar de substituir equipamento defeituoso, inseguro, inoperante ou recusado pela fiscalização;
- VIII** – deixar de fornecer combustível, manutenção, operador, mobilização ou desmobilização, quando tais custos estiverem incluídos no preço da hora-máquina;
- IX** – executar serviços com caminhão Munck em proximidade com rede elétrica energizada sem cesto aéreo isolado ou sem observância das normas de segurança aplicáveis;
- X** – causar dano à Administração, a terceiros, ao meio ambiente, aos empregados, operadores ou prepostos, em razão de ação ou omissão relacionada à execução contratual;
- XI** – descumprir normas ambientais, trabalhistas, previdenciárias, fiscais, de trânsito ou de segurança aplicáveis à execução do objeto;
- XII** – retardar injustificadamente a execução dos serviços;
- XIII** – abandonar a execução ou deixar de atender reiteradamente às Ordens de Serviço;
- XIV** – manter comportamento inidôneo, fraudulento ou incompatível com a boa-fé, a probidade administrativa e a regular execução contratual.

21.3. Conforme a gravidade da infração, a Administração poderá aplicar as seguintes sanções, observados os critérios e procedimentos previstos na Lei nº 14.133/2021 e no edital:

- I** – advertência;
- II** – multa;
- III** – impedimento de licitar e contratar;
- IV** – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

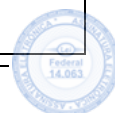
21.4. A sanção de advertência poderá ser aplicada em caso de infrações leves, quando não houver prejuízo relevante à Administração e desde que a conduta seja passível de correção imediata pela contratada.

21.5. A multa poderá ser aplicada nas hipóteses e percentuais definidos no edital e no instrumento contratual, considerando a gravidade da infração, o valor da obrigação inadimplida, a reincidência, o prejuízo causado e a proporcionalidade da medida.

21.6. A aplicação de multa não impede a adoção de outras medidas cabíveis, tais como glosa de valores, exigência de substituição de equipamento, rescisão contratual, convocação de fornecedor remanescente, impedimento de licitar e contratar ou declaração de inidoneidade, conforme o caso.

21.7. As horas não executadas, não comprovadas, não autorizadas, executadas em desconformidade ou recusadas pela fiscalização deverão ser glosadas, independentemente da aplicação de sanção administrativa.

21.8. A contratada será responsável por reparar integralmente os danos causados à Administração, a terceiros ou ao meio ambiente, quando decorrentes de falha na execução,





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

defeito do equipamento, negligência, imprudência, imperícia, descumprimento das normas de segurança ou qualquer ação ou omissão relacionada ao objeto contratado.

21.9. A aplicação de sanção deverá observar a natureza e a gravidade da infração, as peculiaridades do caso concreto, os danos causados à Administração, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, a reincidência e a proporcionalidade entre a conduta praticada e a penalidade aplicada.

21.10. Antes da aplicação das sanções cabíveis, deverá ser assegurada à contratada a oportunidade de manifestação, defesa e recurso, conforme o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, no edital e no instrumento contratual.

21.11. O descumprimento reiterado das obrigações contratuais, a indisponibilidade injustificada dos equipamentos, a execução insegura dos serviços, a apresentação de informações falsas de medição ou a ocorrência de dano relevante à Administração poderão justificar a rescisão contratual e a adoção das demais medidas administrativas cabíveis.

21.12. As sanções administrativas eventualmente aplicadas deverão ser registradas nos sistemas e cadastros competentes, quando cabível, observadas as normas aplicáveis e as garantias legais da contratada.

21.13. As sanções administrativas deverão observar a Lei nº 14.133/2021 e serão aplicadas de forma proporcional à gravidade da infração, aos danos causados à Administração, à reincidência e às circunstâncias do caso concreto, assegurados o contraditório e a ampla defesa, quando cabíveis.

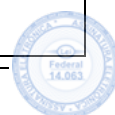
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES

22. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1. A presente contratação deverá observar as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no edital, na Ata de Registro de Preços, no instrumento contratual decorrente, nas Ordens de Serviço emitidas pela Administração, na proposta vencedora e na legislação aplicável, especialmente a Lei nº 14.133/2021.

22.2. As especificações, quantitativos, condições de execução, critérios de medição e pagamento e demais regras previstas neste Termo de Referência foram elaborados com base na necessidade formalizada pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos — SEMOSP, conforme Documento de Formalização de Demanda — DFD, que indicou a demanda por locação de rolo compactador tipo pé de carneiro, caminhão pipa e caminhão Munck com cesto aéreo.

22.3. A contratação será realizada pelo Sistema de Registro de Preços, não gerando para a Administração obrigação de contratação integral dos quantitativos estimados, sendo as futuras contratações condicionadas à necessidade efetiva, disponibilidade orçamentária, interesse público, existência de saldo registrado e emissão de instrumento próprio.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

22.4. A Ata de Registro de Preços atenderá prioritariamente às demandas da SEMOSP, sem prejuízo de eventual utilização por outras secretarias ou órgãos municipais, quando formalmente admitido no procedimento e observadas as regras aplicáveis ao Sistema de Registro de Preços.

22.5. A contratada deverá manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e das contratações decorrentes, as condições de habilitação, qualificação, regularidade e capacidade operacional exigidas no procedimento licitatório.

22.6. A execução dos serviços deverá ocorrer exclusivamente mediante Ordem de Serviço ou autorização formal equivalente, sendo vedado o pagamento por horas não executadas, não autorizadas, não comprovadas, recusadas pela fiscalização ou executadas em desconformidade com este Termo de Referência.

22.7. Eventuais omissões, dúvidas ou situações não previstas expressamente neste Termo de Referência deverão ser analisadas pela Administração à luz do edital, da Ata de Registro de Preços, do instrumento contratual, da Lei nº 14.133/2021, dos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, razoabilidade, proporcionalidade, segurança jurídica, interesse público e demais normas aplicáveis.

22.8. A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pela perfeita execução do objeto, pela segurança dos serviços, pela regularidade dos equipamentos, pela habilitação dos operadores e por eventuais danos decorrentes da execução contratual.

22.9. O presente Termo de Referência deverá integrar o edital e os demais instrumentos da contratação, servindo como documento técnico de referência para a formulação das propostas, julgamento do certame, execução dos serviços, fiscalização, medição, pagamento e eventual aplicação de sanções.

22.10. Conclui-se que o objeto está suficientemente caracterizado para prosseguimento do procedimento licitatório, recomendando-se a realização de **Pregão Eletrônico para Registro de Preços**, com critério de julgamento de **menor preço por item**, visando à futura e eventual contratação dos serviços de locação de equipamentos por hora-máquina, conforme necessidade da Administração.

23 Responsáveis pela elaboração do TR

23.1 O presente Termo de Referência foi elaborado pelos servidores abaixo identificados, integrantes da equipe responsável pelo planejamento da contratação:





**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL**

JEFERSON LUCAS GUSMÃO SOBREIRA
Equipe de Planejamento da Contratação
DEC. Nº 508/GAB/2025

EDSON VITOR ASSUNÇÃO BARBOSA
Fiscal de Contratos da Superintendência Municipal de Licitações
DEC. Nº 068/GAB/2026

FRANCISCO KAIQUE SENA BEZERRA VELOZO
Gerente de Cotações de Preços
DEC. Nº 439/GAB/2025

24 Data, aprovação e assinaturas

24.1 Após sua elaboração, o presente Termo de Referência deverá ser submetido à autoridade competente da unidade demandante para análise, aprovação e assinatura, a fim de autorizar o prosseguimento da fase preparatória da contratação.

24.2 Fica consignado que a aprovação do presente TR caberá ao Senhor **ENÉIAS ZANGRANDI, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS**, nomeado pelo **DECRETO Nº 05/GAB/2025**, conforme identificação constante nos autos.

24.3 Para fins de formalização, sugere-se o seguinte fechamento:

Costa Marques/RO, 08 de Junho de 2026.





PREFEITURA DE COSTA MARQUES - RO

AV. CHIANCA, 1.381 - CENTRO - COSTA MARQUES / RO - CEP: 76.937-000

CNPJ: 04.100.020/0001-95

Assinaturas do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **ENEIAS ZANGRANDI**, CPF: 920.28*. **2-*8 em **08/06/2026 12:25:27**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **1220.0Z25.127H.K712.3013**, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **FRANCISCO KAIQUE SENA BEZERRA VELOSO - GERENTE DE PESQUISA E FORMAÇÃO DE PREÇOS**, CPF: 016.76*. **2-*2 em **08/06/2026 11:52:55**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **11R8.3852.255A.2608.4366**, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **JEFERSON LUCAS GUSMÃO SOBREIRA**, CPF: 052.73*. **2-*0 em **08/06/2026 11:52:31**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **11R6.7K52.331A.R378.0358**, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **EDSON VITOR ASSUNÇÃO BARBOSA**, CPF: 050.14*. **2-*0 em **08/06/2026 10:44:33**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **1082.1H44.533E.W52E.1330**, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Informações do Documento

ID do Documento: **1.5D7.2B8** - Tipo de Documento: **TERMO DE REFERÊNCIA.**

Elaborado por **EDSON VITOR ASSUNÇÃO BARBOSA**, CPF: 050.14*. **2-*0 , em **08/06/2026 - 10:44:33**

Código de Autenticidade deste Documento: 1021.5344.033A.H75X.5422

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
<https://athus.costamarques.ro.gov.br/verdocumento>

